



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

NATANAEL LUÍS DOS SANTOS NOBRE

**ENTRE A CRUZ E A ESPADA - A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA ENTRE A
NEUTRALIDADE, O ENVOLVIMENTO E A INTERVENÇÃO**

Recife - PE

2025

NATANAEL LUÍS DOS SANTOS NOBRE

**ENTRE A CRUZ E A ESPADA - A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA ENTRE A
NEUTRALIDADE, O ENVOLVIMENTO E A INTERVENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Geografia da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Orientador: Claudio Ubiratan Gonçalves

Recife - PE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Nobre, Natanael Luís dos Santos.

Entre a cruz e a espada - a geopolítica brasileira entre a neutralidade, o
envolvimento e a intervenção / Natanael Luís dos Santos Nobre. - Recife, 2025.
45 p. : il.

Orientador(a): Claudio Ubiratan Gonçalves

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -
Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Geopolítica . 2. Conflitos. 3. Brasil. 4. Neutralidade. 5. Autonomia. I.
Gonçalves, Claudio Ubiratan. (Orientação). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

NATANAEL LUÍS DOS SANTOS NOBRE

**ENTRE A CRUZ E A ESPADA - A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA ENTRE A
NEUTRALIDADE, O ENVOLVIMENTO E A INTERVENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Geografia da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Aprovado em: 04/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Izabela Cristina Gomes da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Maria Rosana da Costa Oliveira
Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as oscilações da geopolítica brasileira entre neutralidade, envolvimento e intervenção problematizando as possíveis contradições. Para isso analisa a estratégia do Brasil partindo de suas raízes do século XIX, época em que ocorreu um giro de 180° na sua política externa passando a distanciar-se de conflitos em prol de uma postura de cooperação e paz, algo essencial para o desenvolvimento do Brasil no século XX, mas insustentável no cenário mundial. Esse posicionamento brasileiro, foi minado algumas vezes em cenários como o atual. Recentemente, conflitos como o da Ucrânia e da Venezuela reabrem feridas históricas no âmbito da geopolítica mundial, o que tem pressionado países que sempre estiveram “em cima do muro” a se alinharem a alguma das potências que participam da disputa. Portanto, para problematizar o comportamento do Brasil no cenário mundial atual, o presente trabalho compara a postura do país frente aos grandes conflitos mundiais do passado e sua reação aos conflitos hoje. Desse modo, a narrativa de um Brasil “neutro e pacífico” precisaria ser revista em função dos seus interesses. A pesquisa em jornais e artigos disponíveis na internet constituíram as principais fontes para a realização deste trabalho.

Palavras-chave: Geopolítica; Conflitos; Brasil; Neutralidade; Autonomia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the oscillations of Brazilian geopolitics between neutrality, involvement and intervention, problematizing possible contradictions. To this end, it analyzes Brazil's strategy based on its roots in the 19th century, a time when its foreign policy made a 180° turn, distancing itself from conflicts in favor of a stance of cooperation and peace, something essential for Brazil's development in the 20th century, but unsustainable on the world stage. This Brazilian position has been undermined on several occasions in scenarios such as the current one. Recently, conflicts such as those in Ukraine and Venezuela have reopened historical wounds in the context of global geopolitics, which has pressured countries that have always been "on the fence" to align themselves with one of the powers participating in the dispute. Therefore, in order to problematize Brazil's behavior on the current world stage, this paper compares the country's stance towards major global conflicts of the past and its reaction to conflicts today. Thus, the narrative of a "neutral and peaceful" Brazil would need to be revised in light of its interests. Research in newspapers and articles available on the internet constituted the main sources for carrying out this work.

Keywords: Geopolitics; Conflicts; Brazil; Neutrality; Autonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Entorno Estratégico do Brasil.....	10
Figura 2 - Território inicial e disputas com França, Inglaterra e Argentina.....	13
Figura 3 - Ganhos territoriais por via diplomática.....	16
Figura 4 - Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial.....	20
Figura 5 - Operação Brother Sam.....	23
Figura 6 e 7 - Crise dos refugiados e fundos territoriais de Essequibo.....	29
Figura 8 - Questão de Essequibo.....	29
Figuras 9 e 10 - Avanço da OTAN e resposta da Rússia.....	32
Figuras 11 - Fundos territoriais na Ucrânia.....	32
Figura 12, 13 e 14 - Conflitos na América do Sul e Bases militares na América do Sul.....	35
Figuras 15 e 16 - Gastos em defesa (1993 - 2023).....	38
Figura 17 e 18 - Origem das peças dos Gripen do Brasil.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Metodologia.....	10
Conceitos.....	11
1. A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: PAZ OU INTERVENÇÃO?.....	12
1.1. Império do Brasil.....	12
1.2. República Velha.....	15
1.3. Era Vargas.....	18
1.4. Final do Século XX.....	21
2. OS CONFLITOS ATUAIS E A POSIÇÃO DO BRASIL.....	26
2.1. Panorama Geral.....	26
2.2. Crise na Venezuela.....	28
2.3. O Guerra na Ucrânia.....	30
2.4. Diagnóstico sobre a posição do Brasil.....	33
3. A FUTURA POSIÇÃO DO BRASIL.....	36
3.1. Possíveis avanços políticos e diplomáticos.....	36
3.2. Possíveis avanços econômicos.....	36
3.3. Possíveis avanços militares.....	37
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

Ao longo da história sempre houve diversos conflitos locais, regionais e mundiais, caracterizados pelo confronto militar entre dois ou mais países ou blocos pelos mais diversos motivos: território, recursos, cultura, religião, etc, em geral a conquista ou domínio, porém com altos riscos graves consequências para a sociedade o que levou muitos países a se posicionarem de forma diferente, abrindo mão do uso da força e conquistando seus objetivos por outros meios, em especial o diplomático.

O Brasil historicamente desenvolveu nas suas relações internacionais uma tradição de neutralidade, cooperação, defesa da paz e da estabilidade tanto a nível regional quanto a nível mundial, por isso, alguns evocam uma suposta natureza pacífica do Brasil, desde sua independência, porém essa narrativa nem sempre corresponde à realidade.

A neutralidade, de fato, é uma política de Estado que muitas vezes permitiu, e ainda permite, ao Brasil, tal qual outros países neutros, como a Suíça, servir de ponte ou intermediador entre diferentes países enquanto obtêm melhores resultados para si próprio. Porém essa postura nasce de uma incapacidade de ação e em alguns cenários torna-se insuficiente.

O surgimento de novos conflitos como a invasão russa da Ucrânia, a guerra entre Israel e Hamas e as diversas tensões envolvendo a Venezuela com a Colômbia, Guiana e até o Brasil mostram a fragilidade da estratégia brasileira, com uma abordagem excessivamente diplomática, no cenário internacional.

Apesar dos esforços brasileiros para manter sua neutralidade e até mesmo para mediar negociações no sentido de saídas pacíficas para os conflitos, a maré da guerra vai no sentido contrário e ameaça arrastar à força até mesmo países como o Brasil para o conflito tal como já aconteceu tantas outras vezes na história.

Apesar de sua extensa tradição de paz, em relação a outros Estados, o Brasil teve que quebrá-la diversas vezes, sobretudo diante de contextos como o atual. Levanta-se então a seguinte problemática: Como o Brasil poderia manter sua soberania diante das constantes pressões internacionais?

Portanto, este trabalho se justifica pela necessidade de compreender como a política externa brasileira oscila em um cenário global que, assim como nos séculos passados, é marcado por tensões e grandes conflitos militares, além das mudanças em suas decisões estratégicas necessárias para se adaptar a essa nova realidade.

Diante do cenário ora apresentado, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as oscilações da geopolítica brasileira entre neutralidade, envolvimento e intervenção problematizando as possíveis contradições.

O objetivo geral levou à definição dos seguintes objetivos específicos para este estudo, os quais são:

1. mostrar que a neutralidade militar e o pacifismo fazem parte da política externa de Estado do Brasil desde 1891 e que não é possível sustentá-las indefinidamente no cenário internacional;
2. comparar o comportamento dos potências ou blocos beligerantes que levaram o Brasil a se posicionar no passado e o comportamento das atuais potências e blocos mundiais envolvidos nos principais conflitos contemporâneos;
3. apontar medidas para aprimorar a política externa do Brasil para torná-la mais adequada aos seus interesses e à realidade das tensões e conflitos vivenciados hoje.

A hipótese defendida neste trabalho é de que seria mais interessante para o Brasil passar de uma postura quase passiva para uma mais ativa, ou seja, em algumas situações, defender ativamente seus interesses participando em conflitos no exterior, aplicando gradualmente pressões diplomáticas, depois econômicas e por fim militares de forma ponderada conforme se fizer necessário, conseguindo assim consolidar uma posição mais segura para si mesmo.

Para melhor compreensão do tema aqui exposto, o trabalho se estrutura nas seguintes seções de desenvolvimento, organizados como “passado, presente e futuro”, a saber:

O capítulo I traz a retrospectiva histórica onde está exposta a construção e evolução da política externa brasileira e o relacionamento com as principais potências de cada época, tendo como foco a contradição entre o discurso de um suposto Brasil pacífico e neutro e as ações práticas reais do Estado brasileiro envolvido nos conflitos dos séculos XIX e XX.

O capítulo II fala do cenário contemporâneo, século XXI, e mostra como exemplos os principais conflitos que acontecem atualmente, a postura do Brasil diante deles e os riscos e oportunidades inerentes a eles.

O capítulo III aborda as possíveis modificações para a política externa brasileira adequando-se à tendência mundial, proporcionando-lhe maior estabilidade e influência no cenário internacional.

Figura 1 - Entorno Estratégico do Brasil.



MD (2017)

Metodologia

Segundo Marconi; Lakatos (2016), esta pesquisa teve por base os métodos histórico, que “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época” e comparativo “este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências.”, por serem mais adequados à compreensão da gênese e desenvolvimento da política externa brasileira, além das semelhanças e diferenças do cenário internacional nos momentos chave do passado e no presente.

Para demonstrar a neutralidade como política de Estado brasileira, foram utilizadas as constituições brasileiras, pois são as leis superiores, mais sólidas e de longo prazo; foi delimitado o recorte temporal partindo da independência e dividido conforme as principais fases da história do Brasil que coincidem com momentos críticos da história regional ou mundial, com foco nos reveses periódicos enfrentados.

A pesquisa privilegiou conteúdo disponível na internet se baseando principalmente em artigos, por serem mais objetivos, e de forma complementar em dados do IBGE, da FGV, da ACNUR e do SIPRI. Para preencher lacunas de informação dos artigos foram usadas notícias de jornais, principalmente para temas recentes.

Conceitos

Moraes (2005) descreve o Estado moderno como Estado territorial, ou seja, um amálgama entre Estado e território onde o território é o domínio efetivo sobre uma porção da superfície terrestre que se torna base do poder estatal, também é o resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço. Enquanto o Estado é o ente centralizador que exerce poder e jurisdição sobre um território, que no caso dos Estados modernos são fundados por um povo dotado de direitos de cidadania e de um âmbito espacial delimitado, um país, constituindo assim uma nação.

Portanto o Estado moderno, nação ou territorial é o *habitat* de um povo cuja formação histórica implica na construção de uma unidade militar, política, econômica, jurídica, cultural e ideológica, que forma-se tanto pela construção física do espaço (conquista, colonização, ocupação e exploração) quanto pela construção de um imaginário territorial, ou seja, a visão da população sobre seu território, naturalização das fronteiras e construção da identidade nacional. Essa dualidade entre físico e simbólico constitui para o autor a dialética simbólico-material inerente à construção do Estado.

O autor também faz distinção entre países centrais e periféricos, pois os últimos herdaram estruturas criadas para servir aos primeiros. Portanto pode-se entender que os países periféricos são naturalmente Estados fracos por não conseguirem agir conforme seus próprios interesses, a falta de unidade interna impede que superem essa condição.

Bonfim (2005) traz os conceitos de geopolítica de Hans Weigert “Geopolítica é a geografia aplicada à política de poder nacional e à sua estratégia, na paz e na guerra” e de F. Cabaugh “Geopolítica é a ciência que combina geografia, história e política, com o objetivo de explicar e prever o comportamento das nações”.

Portanto, esse trabalho pode ser inserido no âmbito da geopolítica, por analisar a política externa do Brasil, que estrategicamente se baseou no pacifismo e neutralidade em quase toda sua história como forma de alcançar estabilidade e crescimento, além de apontar como esta política está falindo junto com o modelo atual baseado no multilateralismo, como aconteceu em momentos chave do passado, e tentar prever possíveis medidas compensatórias.

Este trabalho também se enquadra na teoria do desafio e resposta de Arnold Toynbee, trazida por Bonfim (2005), a qual afirma que o desenvolvimento dos Estados e civilizações ocorre a partir da superação de desafios, algo que pode-se notar principalmente no aumento prestígio alcançado pelo Brasil após as guerras mundiais e na sua atual estagnação por se abster dos conflitos atuais.

1. A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: PAZ OU INTERVENÇÃO?

O presente tópico aborda brevemente a criação da política externa do Brasil logo após a independência e sua evolução ao longo dos séculos XIX e XX, em que observa-se na realidade os mesmos posicionamentos que qualquer país, a defesa ativa dos próprios interesses dentro e fora do seu território, abstenção de conflitos de interesses alheios e a participação em disputas entre outras potências, respectivamente intervenção, neutralidade e envolvimento, cada qual em seu determinado momento e circunstância.

Esperava-se comprovar historicamente um ciclo de despreparo, guerra e diplomacia que se iniciaria na Guerra do Paraguai e uma forte dependência do Brasil em relação aos países centrais, principalmente os EUA. Este ciclo se alternaria em intervalos, de aproximadamente 20 ou 30 anos em média, mais voltados para guerra (1851, 1864, 1917, 1937, 1961) ou para a paz (1891, 1946, 1967, 1988). Porém a pesquisa demonstrou um Brasil mais pragmático do que o esperado e sua evolução na busca de autonomia e influência.

1.1. Império do Brasil

Logo após a independência (1822), em 1824 é outorgada a Constituição do Império, porém o Brasil permanece sob as mesmas bases herdadas do período colonial (Moraes, 2005), a saber: a gestão de fundos territoriais, ampliação de fronteiras produtivas, escravismo e um Estado patrimonial; para tal, o Imperador recebeu ampla margem para manobras militares a fim defender seu patrimônio, o território brasileiro, das disputas fronteiriças e ameaças externas ou expansionistas, representadas principalmente por Argentina, Inglaterra e França (Sousa, 2013), como mostra a figura 2 e os artigos abaixo.

Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado.

São suas principaes attribuições

VIII. Fazer Tratados de Alliança offensiva, e defensiva, de Subsidio, e Commercio, levando-os depois de concluidos ao conhecimento da Assembléa Geral, quando o interesse, e segurança do Estado permittirem. Se os Tratados concluidos em tempo de paz envolverem cessão, ou troca de Torritorio do Imperio, ou de Possessões, a que o Imperio tenha direito, não serão ratificados, sem terem sido approvados pela Assembléa Geral.

IX. Declarar a guerra, e fazer a paz, participando á Assembléa as communicções, que forem compativeis com os interesses, e segurança do Estado.

Art. 148. Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á Segurança, e defesa do Imperio.

(Brasil, 1824)

O elemento de maior destaque destes artigos é o uso das forças armadas “como bem lhe parecer conveniente à Segurança, e defesa do Império”, ou seja, a possibilidade de exercer a dissuasão e executar ações preventivas, medidas cruciais para a defesa do território, mas que na época por seu uso indiscriminado na região do Prata deram origem a uma política externa intervencionista, que buscava um equilíbrio de poder nessa região.

Figura 2 - Território inicial e disputas com França, Inglaterra e Argentina.



GeoBau (2011)

Nas décadas de 1830 e 1840, o Brasil ainda não tinha uma estratégia diplomática definida, havendo liberdade constitucional para qualquer medida. Portanto, como a preocupação do novo rei era a demarcação de fronteiras e consolidação do território, a política dos conservadores ganhou espaço e como consequência a partir de 1851, o Brasil entrou em mais um período belicista.

Embora fundamentada em diretrizes preferencialmente pacíficas, a estratégia política saquarema admitia o recurso à intervenção militar, para que se defendesse a soberania e o território nacional, como de fato aconteceu constantemente, entre as décadas de 1850 e 1870, no âmbito externo, notadamente na região da bacia do Prata. (Swiech, 2020, p. 12)

Porém vale destacar que em 1854 ocorreu a primeira declaração de neutralidade do Brasil, frente a guerra entre Rússia, França e Inglaterra (Dantas, 2006) o que mostra uma neutralidade preexistente se tratando de conflitos estrangeiros ou longínquos.

Conforme Swiech (2020), em 1864, o Uruguai anula o tratado que impôs soberania do Brasil em rios uruguaios, levando a mais uma intervenção militar brasileira e à guerra civil. O ditador paraguaio, Solano Lopes, e o imperador brasileiro, Dom Pedro II, apoiavam lados opostos antes e durante o conflito, o que culminou na decisão de Solano Lopes em invadir o território brasileiro, uma região fronteira no Mato Grosso, e, em seguida, a Argentina, também aliada dos revolucionários uruguaios.

Apesar de algum ganho territorial ao anexar as áreas em disputa, esse evento foi muito traumático para todos os participantes, resultando em perdas humanas e materiais incalculáveis e em grave endividamento. Devido a esse trauma e questões internas, a oposição dos liberais que defendiam a não intervenção, pacifismo, neutralidade e formação de alianças na América do Sul ao invés de intervenções, ganha força (Sousa, 2013).

A partir de então, 1871, o Brasil estabeleceu sua política externa pacifista e neutra que reforçou nas décadas seguintes às mãos de Rio Branco e Joaquim Nabuco, apesar de manter a liberdade de ação em sua constituição até o fim do Império.

Como observa-se em Sousa (2013), apesar das diferenças, entre intervencionismo e pacifismo, as políticas externas de liberais e conservadores convergiram no ponto central, ambas partiram do fato de um Brasil gigantesco e que, portanto, não precisava conquistar, expandir ou colonizar novos territórios. Essa permaneceu como ideia central da política externa brasileira, continuidade que permite comparar a estratégia do Brasil em diferentes épocas.

Tese compartilhada por Moraes (2005) que aponta o maior interesse do império em seus vastos fundos territoriais, pois a independência não alterou o status internacional do Brasil que, portanto, permaneceu um Estado periférico exercendo apenas um controle formal sobre esses fundos, situação que motivou sucessivas ondas de “colonização interna” sob diferentes argumentos, mas que visavam consolidar seu controle.

No final do Segundo Reinado, muitas pendências fronteiriças foram resolvidas de forma diplomática por meio de acordos bilaterais ou de arbitramento com ganhos territoriais para o novo Império, como mostra Swiech (2020). Mediante provas históricas da ocupação, princípio *uti possidetis*, ou de arbitramento, ocorreram as demarcações de fronteiras com vários países ou avanços nas negociações em outros casos.

Pode-se dizer que a política externa pacífica do Brasil surgiu como decisão estratégica para compensar as vulnerabilidades internas, econômica e militar, do país, percebidas após a Guerra do Paraguai, fazendo das suas fraquezas forças, passando de uma nação com economia fraca e forças armadas atrasadas e incapazes de defender um tão vasto território para uma potência diplomática e defensora da paz, tendo colhido bons frutos desta decisão.

1.2. República Velha

Após a Guerra do Paraguai os militares brasileiros estavam insatisfeitos com o imperador e exigiam melhorias de carreira e remuneração, soma-se a isso a abolição da escravidão em 1888 e a consequente insatisfação dos cafeicultores. Da união entre as elites econômicas e os militares é proclamada a república um ano depois, em 1889.

Art 48 - Compete privativamente ao Presidente da República:

7º) declarar a guerra e fazer a paz, nos termos do art. 34, nº 11;

8º) declarar imediatamente a guerra nos casos de invasão ou agressão estrangeira;

Art 88 - Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação. (Brasil, 1891)

A Constituição Republicana de 1891, passou as antigas atribuições do imperador para o presidente da república, mas com o cuidado de reduzir os poderes do novo chefe de Estado em relação à guerra, a partir dela a guerra seria apenas “nos casos de invasão ou agressão estrangeira” em contraste com a constituição anterior.

O emprego das forças armadas e a declaração de guerra passam a ser vistos como último recurso, portanto a nova constituição solidifica uma postura defensiva, neutra e pacífica. Esse modelo foi seguido por constituições posteriores que ampliaram cada vez mais o leque das opções diplomáticas de solução de conflitos, enquanto reduziram cada vez mais a capacidade de defesa do país. Porém a dissuasão continuou através da modernização das forças armadas, principalmente a marinha, acompanhando as movimentações de Buenos Aires e Santiago por precaução, mas resolvendo suas disputas pacificamente.

Dantas (2006, p. 262) traz a definição de J. F. Rezek na qual neutralidade: “é uma opção do Estado soberano ante o fenômeno da guerra: entendendo de não perfilar entre os beligerantes, ele se qualifica automaticamente como neutro, e esse estatuto lhe importa direitos e deveres”, conforme a classificação apresentada pela autora a neutralidade brasileira seria do tipo convencional, permanente e geral, por ser preestabelecida em tratados e leis, por se comprometer a não começar conflitos e por abranger todo o território.

e Reino Unido, ponto alto das exportações desde 1901. Em 1913, as exportações despencaram 18,3% e 28,5% no ano seguinte, levando a um grave endividamento que foi interrompido pela guerra, compensadas em parte pelas exportações de manganês para os Estados Unidos. (IBGE, 2025)

Além disso, grande parte dos acadêmicos e militares brasileiros derivaram ou se inspiraram nas escolas francesas, inglesas e estadunidenses, nas palavras de Ricupero (2018, p. 2) “No caso brasileiro, pesava fortemente a paixão pela França dos setores dirigentes e do público em geral”. Portanto a opinião pública, salvo alguns setores, desde o começo esteve inclinada para a Tríplice Entente.

Após sucessivos ataques de submarinos alemães a navios brasileiros, sob forte pressão popular, o Brasil declarou guerra contra os Impérios Centrais em 1917, aproveitando a oportunidade para modernizar suas próprias forças armadas e ganhar maior destaque no cenário internacional. No entanto, o Reino Unido foi contrário ao envio de uma força expedicionária brasileira, temendo um pronunciamento do Brasil no cenário internacional (BBC, 2019).

Para Ricupero (2018, p. 9) “Toda a história da participação do Brasil na Grande Guerra pode assim ser resumida como um engajamento estratégico de baixo custo político e militar, com apreciáveis ganhos diplomáticos e de prestígio”, ingleses e ianques acertaram então uma modesta participação para o Brasil em funções de retaguarda, ideia bem recebida pelo Brasil pois considerava a proporção da economia, forças armadas e interesses brasileiros no conflito.

Essa participação se efetivou em 1918, por meio da Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG), com 2 couraçados e 4 destruidores; missões de médicos e de oficiais (28 oficiais) para a França e de aviadores (10 pilotos) para o Reino Unido (BBC, 2019), porém sem resultados expressivos.

Os passos seguidos pelo Brasil durante a I GM definem a estratégia a ser adotada diante dos grandes conflitos. Segundo Dantas (2006, p. 262) “O Estado neutro deve se abster de auxiliar qualquer uma das partes em luta, seja de forma direta ou indireta. (...) O Estado neutro deve ser imparcial, isto é, deve dar aos beligerantes um tratamento igual”. Pode-se então dividir a neutralidade em três eixos.

Os eixos da neutralidade são: diplomático, econômico e militar, nos quais se observa que apesar de protestos o Brasil mantém relações com ambos os beligerantes, portanto o Brasil permanece oficialmente neutro até o rompimento dessas relações.

A neutralidade militar é o fator determinante para a participação no conflito, pois uma agressão estrangeira levou ao rompimento definitivo das relações diplomáticas, econômicas e declaração de guerra, via de regra isso acontece no final do conflito após a intensificação do conflito desgastar lentamente essas relações.

Com o fim da guerra, o Brasil não somente manteve seu protagonismo no cenário regional, diante da neutralidade dos demais países da América Latina, como também conquistou o cenário mundial em termos de influência diplomática, tendo atendidas suas reivindicações no Tratado de Versalhes, o perdão das dívidas relacionadas ao café e a posse dos navios alemães apreendidos. (Ricupero, 2018)

Ao final da guerra, foi criada a Liga das Nações, em 1919, que deveria ser um espaço multilateral permanente com o objetivo de evitar novas guerras, principalmente mundiais. Todavia, a liga não conseguiu cumprir seu objetivo, o Brasil abandonou a organização em 1926 por não conseguir uma vaga no conselho de segurança. (BBC, 2019)

1.3. Era Vargas

As Crises de 1913 e 1929, mostraram o perigo de depender da importação de produtos industrializados e da exportação do setor cafeeiro, acendendo um alerta no Brasil, que se somou à consciência da fraqueza militar observada na I GM. No quadro mundial, o Brasil seguiu sendo um país primário exportador com economia e sociedade atrasadas em relação aos EUA (Henrique, 2019).

Getúlio Vargas, que assumiu o controle do país após a Revolução de 1930, instaurou seu Governo Provisório, aboliu a constituição e centralizou o poder. Diante da situação em que o Brasil se encontrava, o rearmamento das forças armadas e modernização da economia através da industrialização para superar a dependência tecnológica tornaram-se os principais objetivos do governo Vargas, como aponta Henrique (2019), mas mantendo sua neutralidade.

Conforme Henrique (2019), para atender os anseios do governo, a Alemanha Hitlerista que renascia das cinzas despontava como principal parceiro, devido ao interesse de seu mercado por diversos produtos nacionais, não só o café, a facilidade das negociações e disponibilidade de produtos industriais a preços competitivos, porém essa aproximação aconteceu informalmente enquanto o governo buscava uma aproximação com Washington.

Devido às tensões na ordem política interna, a Intentona Comunista (1935), Getúlio anunciou um novo regime, o Estado Novo, em 1937, no mesmo ano foi elaborada uma nova

constituição que dava ao poder executivo mais poder e liberdade de ação nesse e em outros assuntos.

Art. 74 - Compete privativamente ao Presidente da República:

i) declarar a guerra depois de autorizado pelo Poder Legislativo, e, independentemente de autorização, em caso de invasão ou agressão estrangeira; (Brasil, 1937)

A nova constituição, apesar de mais focada na política interna, removeu o arbitramento e trouxe de volta a possibilidade de ações militares preventivas, ofensivas e até de conquista desde que fossem autorizadas pelo Legislativo, um texto ao nível do complicado cenário internacional da época.

Apesar da simpatia por Berlim em alguns setores do governo, foram realizados treinamentos das forças navais e de artilharia brasileiras por forças estadunidenses, complementadas por visitas de delegações de oficiais das forças armadas dos EUA em 1939 (Henrique, 2019).

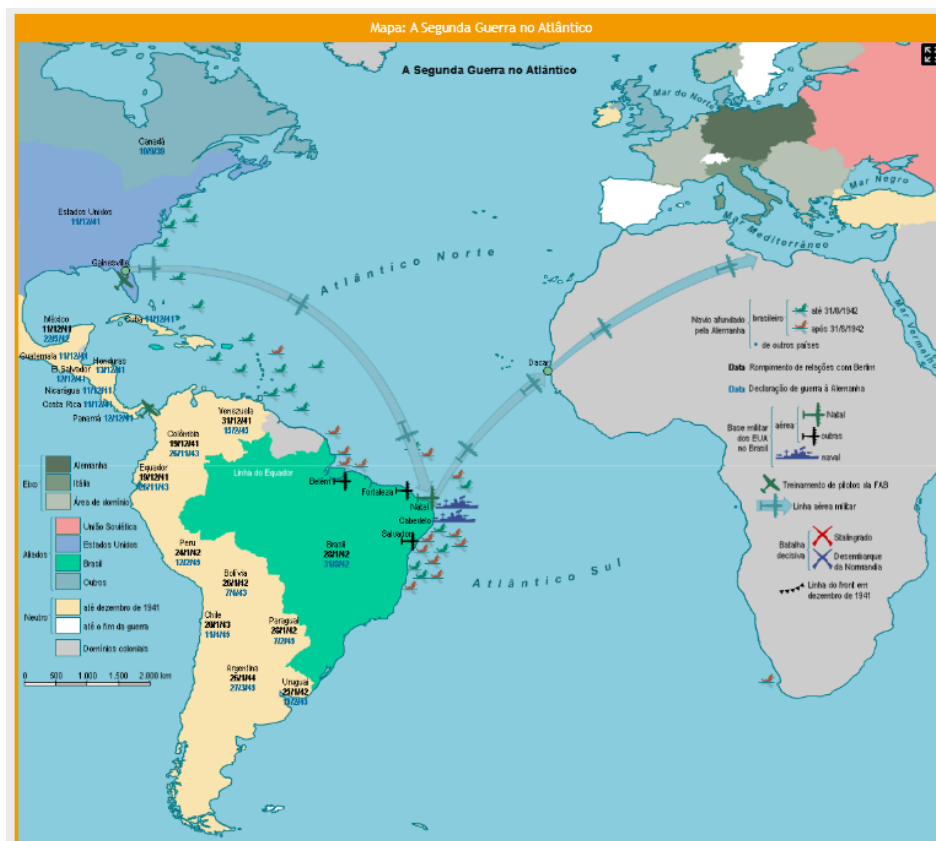
Logo em seguida, a II GM começou quando o III Reich invade a Polônia. Novamente, as principais potências do planeta se dividiram, estabelecendo duas alianças: os Aliados e o Eixo. Imediatamente Reino Unido e França lhe declararam guerra, ambos sofrendo uma derrota esmagadora e humilhante. A guerra parecia vencida para o Eixo, porém em 1941 Hitler invade a URSS e o Japão ataca Pearl Harbor tirando os EUA e a URSS, duas nações de peso, da “neutralidade” para o front de batalha.

Voltando novamente a dialética simbólico-material de Moraes (2005), a Segunda Guerra Mundial é em muitos aspectos semelhante a primeira com disputas entre nacionalismos e por fundos territoriais na Europa, Ásia e África, porém com um elemento novo: a incorporação de ideologias políticas a ideologia nacional, como o socialismo na URSS e nazismo na Alemanha, assim cada país passou a ser visto como defensor de uma ideologia.

Continuando a narrativa histórica, no ano de 1942, vários navios brasileiros foram afundados pelo Eixo, ver a figura 4, o Brasil, novamente sob forte comoção, também declarou guerra ao Eixo. Além do envio de matérias primas vitais para o esforço de guerra aliado, principalmente borracha e minérios que eram usados na fabricação de veículos e armamentos, sofreu, assim, uma crescente pressão dos Aliados para tomar medidas mais contundentes, a saber, permitir militares estrangeiros nas bases militares na costa do Nordeste. (Henrique, 2019)

Por sorte, em um cenário caótico e desfavorável, com a astúcia de Getúlio Vargas, o Brasil aceitou os termos estadunidenses; todavia, conseguiu uma contrapartida financeira e tecnológica considerável, ou seja, a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda no Rio de Janeiro, uma tecnologia estratégica na época, além da modernização das suas forças armadas, que muito se beneficiaram do Lend Lease, e uma quantia significativa de dinheiro para reforçar a reserva internacional. (Henrique, 2019)

Figura 4 - Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial.



FGV

Em 1943, com os alemães expulsos do Norte da África, o Nordeste perdeu parte da sua importância estratégica, para não perder seu prestígio com os EUA, o Brasil então enviou a famosa FEB para a Itália, como mostra Henrique (2019). Diferente da guerra anterior, a participação brasileira teve um desempenho notável cheio de conquistas sendo crucial para quebrar a estagnação daquele *front* devido à Linha Gótica, feitos reconhecidos tanto por estadunidenses quanto por alemães e que também conquistou a gratidão de muitos italianos.

Após o fim da guerra, foi criada a ONU (1945), sucessora da Liga das Nações e, foi firmado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947, que prevê a

doutrina de defesa hemisférica, ou seja, a defesa mútua entre os membros, assim como o Tratado do Atlântico Norte (1949), do qual se originou a OTAN.

Na II GM observa-se uma grande semelhança com a anterior, pode-se observar os mesmos passos: 1) o Brasil se declara neutro, apesar de suas inclinações; 2) com o aumento da escala e intensidade do conflito o Brasil forçado a romper relações com um dos envolvidos e 3) o Brasil é provocado, cumprindo sua constituição e estimulado pela vontade popular, ou seja de forma autônoma e soberana, declara guerra para se defender.

Também nota-se que durante a Era Vargas, apesar da dependência econômica baseada na importação de produtos industrializados, o Brasil começou a usar sua posição geográfica estratégica e boa reputação regional para barganhar uma maior autonomia tecnológica e econômica, consequentemente acelerando o desenvolvimento do país. (Vizentini, 2010)

1.4. Final do Século XX

Após a guerra, o Brasil, influenciado pelo repúdio à ditadura e autoritarismo que foi combatido na Itália, estava cada vez mais insatisfeito com o Estado Novo de Vargas o que levou a organizar eleições presidenciais diretas. Inicialmente, os governos democráticos do Brasil tentaram, como sempre, manter sua postura de neutralidade, com uma nova constituição porém, mais uma vez, esse esforço não durou por muito tempo.

Art 4º - O Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado. (Brasil, 1946)

A CF/46 restaurou a proibição de guerra de conquista, o arbitramento internacional e além dele incluiu meios pacíficos de solução e órgãos internacionais de segurança como etapas adicionais antes do confronto. Porém, ao mesmo tempo, como aponta Dantas (2006), as guerras mudaram de figura, passaram a ser internas, civis, assimétricas e ideológicas, e portanto a declaração formal de guerra caiu em desuso após a II GM.

A República Populista que se inicia com Dutra tem como marca o temor de uma revolução comunista no Brasil, motivo pelo qual as relações com a URSS foram rompidas, o PC do B foi considerado ilegal e as greves foram proibidas, porém diferente do pretendido pelo governo essas ações não levaram a contrapartidas dos Estados Unidos.

Vargas eleito em 1951 tenta retomar sua política externa, mas a barganha nacionalista não alcançou bons resultados nos anos 50, pois diferente dos anos 30 e 40 o cenário internacional não era favorável, com a Europa destruída, com Ásia e África lutando por independência e fortes divergências ideológicas com o Oriente não havia alternativa a Washington. (Vizentini, 2010)

No governo de Juscelino Kubitschek - JK - (1956), as políticas de Vargas são continuadas e aprimoradas. Nas relações internacionais, isso deu origem a Operação Pan Americana (OPA), que buscava trazer grandes investimentos do governo dos EUA para a América Latina, tentando timidamente também expandir as relações para o bloco comunista e países do terceiro mundo, mas ficando no meio do caminho. (Vizentini, 2010)

Complementando essa constituição, com a eleição de Jânio Quadros e seu vice João Goulart (1960) nasce a Política Externa Independente (PEI), baseado na ideia de ampliar mercados independente de convicções ideológicas, além de expressar uma visão de contradição Norte-Sul, ricos e pobres, alternativa a leitura da Guerra Fria baseada em Leste-Oeste. (Leite, 2016)

Nesse mesmo período, destaca-se a evasão de recursos por meio da pesca predatória, mineração clandestina e contrabando de minérios, todos por iniciativa da França, levando o presidente Jânio Quadros a idealizar a Operação Cabralzinho (1961), a fim de anexar a Guiana Francesa, porém em seguida Jânio renunciou e o plano foi abandonado. A tensão continuou na “Guerra” das Lagostas, que terminou em 1963, a volta da pesca predatória francesa de lagostas em águas brasileiras, ambos os lados realizaram “exercícios militares”, mas apesar das tensões foi resolvido diplomaticamente.

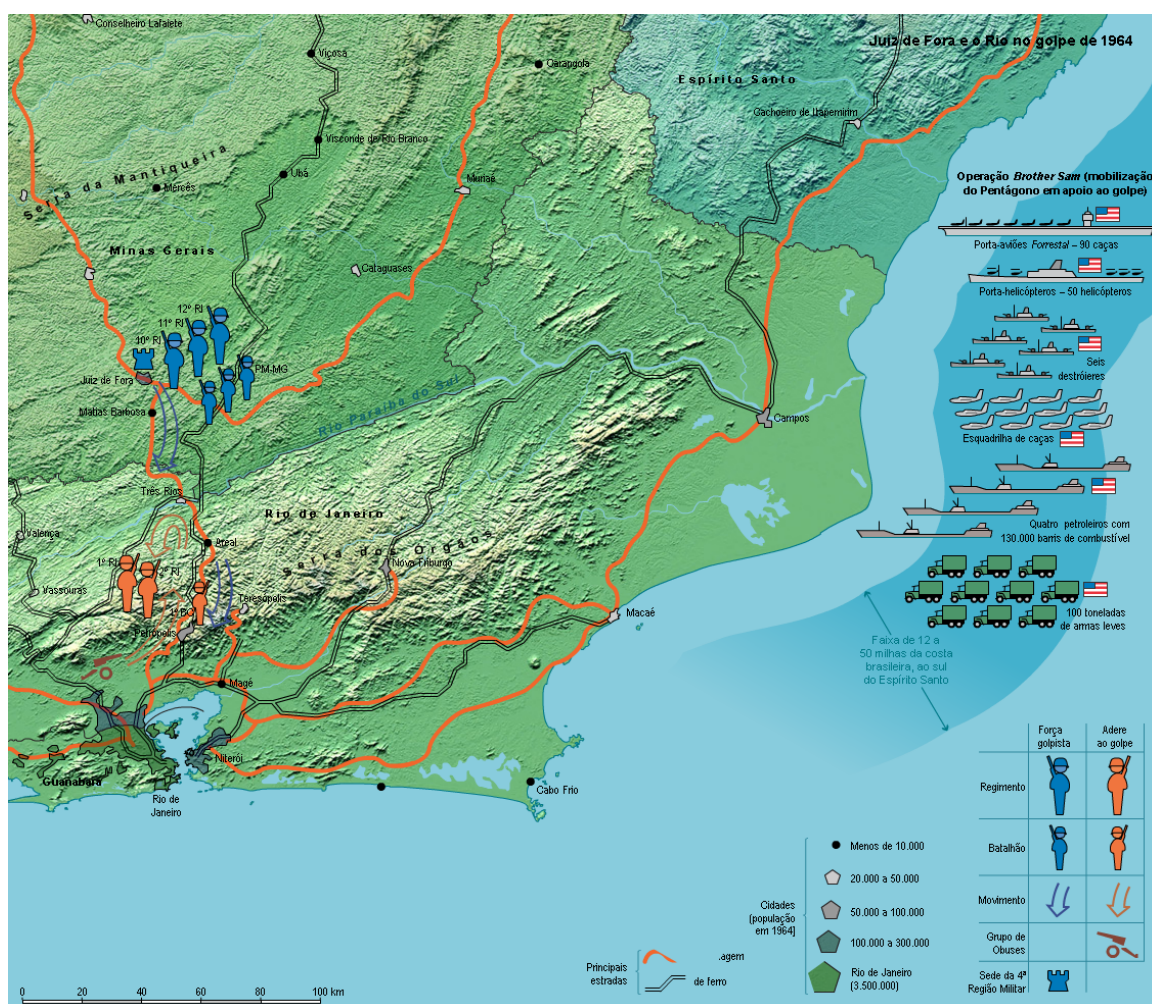
A PEI da dupla “Jan Jan” causou um grande alvoroço na opinião pública e na política interna. Jânio Quadros então condecorou Che Guevara; não concordou em expulsar Cuba da OEA, reabriu as relações com a URSS e João Goulart visitou a China Popular. Movimentos externos que somados aos internos, as Reformas de Base propostas por Goulart, são vistos com desconfiança por Washington e por grande parte da população abrindo caminho para o golpe civil-militar e a ditadura subsequente. (Vizentini, 2010)

A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964), assim como dos demais países sul-americanos, foi fortemente apoiada, financiada e influenciada pelos EUA. De início os ianques estavam alinhados com o golpe a ponto de criar a Operação Brother Sam (figura 5) que incluiu até um porta-aviões para ajudar os militares em caso de resistência. Sob nova direção, o Brasil rompe relações com Cuba e o alinhamento automático com a Casa Branca é retomado. (Vizentini, 2010)

Esse golpe acontece em momento peculiar da história, a Guerra Fria. Tão logo superados o nazifascismo na Europa e o imperialismo japonês na Ásia inicia-se um novo confronto entre ideologias nacionais na visão de Moraes (2005), mas entre os vencedores, EUA contra URSS, capitalismo contra socialismo.

No ano seguinte (1965), o Brasil ganhou papel de destaque na intervenção na República Dominicana, com a qual, sob ordens da Organização dos Estados Americanos (OEA), enviou Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS), com aproximadamente 4 mil soldados servindo durante o conflito, junto com outros países da América Latina para compor a Força Interamericana de Paz (FIAP), e chegou a comandar a operação. (Vizentini, 2010)

Figura 5 - Operação Brother Sam.



FGV

Em 1967 o Brasil ganha uma nova constituição que retoma a neutralidade. Nas décadas de 1970 e 80, o Brasil passou a adotar uma postura de concorrência em relação aos EUA e protagonismo na América do Sul, nesse período aconteceu uma modernização das

forças armadas, os parceiros foram os mesmos de sempre, Alemanha, Itália, França, Inglaterra e EUA, dos que resultaram na aquisição de prateleira de tanques e aeronaves, e em alguns avanços nacionais como a construção local de submarinos, corvetas e fragatas e na parceria para produzir um caça. (Souza; Oliveira, 2021, p. 243)

Em 1975 realizou também um acordo nuclear com a Alemanha para fins pacíficos, que viabilizou a construção da Usina Nuclear Angra 1 para produção de energia limpa para o eixo Rio - São Paulo e em 1979 criou a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) que incluiu o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), o Veículo Lançador de Satélites (VLS) e os satélites nacionais.

Souza; Oliveira (2021) destacam também as tecnologias nacionais que surgem nesse período, com empresas como a Embraer, Engesa e Avibras que além de modernizar as forças armadas brasileiras ganharam projeção internacional exportando para a América latina, África e até o Oriente Médio.

Enquanto isso, Brasil e Argentina não só protagonizaram uma corrida armamentista como também nuclear que permaneceu pacífica, mas o cenário de disputa política e tensões, principalmente a volta da construção da hidrelétrica de Itaipu, apontavam outras finalidades, o que preocupava a Casa Branca e a comunidade internacional.

O desgaste interno e externo do regime militar, devido a grave crise econômica, hiperinflação e ao fim do apoio dos EUA, levou a uma abertura gradual do país e ao avanço de movimentos democráticos que culminaram no mandato de José Sarney, o primeiro presidente civil da nova república.

No período pós-redemocratização, é criada a Constituição de 1988 (CF/88). Devido à repulsa à Ditadura Militar, essa foi a mais humanista e democrática de todas. Porém, nesta mudança de extremos, seus idealizadores abriram brechas as quais agentes mal intencionados aproveitam, brechas que permanecem até hoje, inclusive na política externa. Pode-se dizer que houve um “alinhamento à ONU”. Até o próprio modelo de neutralidade e pacifismo segue os Artigos 1 e 2 da Carta da ONU de 1945, como mostra a redação a seguir.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Brasil, 1988)

Porém até mesmo a própria ONU prevê medidas preventivas, como se vê logo abaixo, coercitivas e ações de repressão a comportamentos hostis, algo que não está previsto na CF/88, sem tais mecanismos os princípios do Artigo 4º que orientam as relações internacionais estão incompletos e tornam-se contraditórios entre si em algumas situações.

Artigo 1. Os propósitos das Nações Unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz. (ONU, 1945)

Seguindo com a história, na década de 1990, o Brasil então surfou na onda do neoliberalismo e aderiu às políticas ditadas pelo FMI, com os governos Collor, Itamar Franco e FHC, pelos quais ocorrem o declínio dos programas espaciais e nucleares, a falência da indústria nacional e a privatização de estatais estratégicas, além da entrada de grandes volumes de investimentos estrangeiros. (Souza; Oliveira, 2021)

Moraes (2005) aponta para a falta de bases geopolíticas na estrutura administrativa do Estado democrático e o abandono das políticas de integração territorial em concordância com o fenômeno da globalização, com a queda da URSS e a abertura da China, onde pessoas, capitais, mercadorias e informações poderiam circular mais livremente.

A globalização alimentava a ilusão de uma superação da escala nacional pelas escalas local e global em um mundo “sem fronteiras” ou uma “aldeia global”, porém para o autor a falta de preocupação territorial levou a uma série de falhas no pacto federativo atual, que segundo ele está em crise, resultando em constantes disputas fiscais e jurídicas.

Superadas as desavenças e rivalidades nacionais entre Brasil e Argentina e guiados pelos sentimentos comuns de liberdade e democracia, nasce também nessa década o Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991, que incluiu também o Paraguai e o Uruguai.

Na questão nuclear, foi assinado o Tratado de Guadalajara que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), assim como um acordo de salvaguarda com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ambos em 1991; em seguida ocorreram as adesões ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1997 e 1999. (Souza; Oliveira, 2021)

2. OS CONFLITOS ATUAIS E A POSIÇÃO DO BRASIL

No século XXI, que é abordado neste tópico, o Brasil assume uma postura de maior destaque e autonomia no sistema internacional como fruto dos esforços de crescimento econômico, diversificação de parceiros comerciais e desenvolvimento tecnológico no século passado, porém mantendo sua tradição de neutralidade que o torna um mero espectador em algumas ocasiões impedindo um pronunciamento ainda maior da nação.

Muitos dos eventos vistos no XXI até agora corroboram com a Teoria da Incerteza (1992) de Pierre Lellouche Bonfim (2005), para a qual após a dissolução da URSS o mundo entraria em uma desordem mundial, prevista para durar 30 anos até 2025, marcada pelo desgaste dos EUA, conflitos em ex repúblicas soviéticas e ascensão de novas potências.

Também se observa que durante as décadas de 2000 e 2010 passou a vigorar a guerra de narrativas, no qual para intervir economicamente ou militarmente em outro país é necessária uma narrativa que convença a comunidade internacional, os conflitos militares de grande escala entre nações diminuíram, em relação a Guerra Fria, aumentando os assimétricos ou internos, como a Guerra ao Terror, e o uso de medidas econômicas como sanções.

Na década de 2020 começam os principais conflitos contemporâneos, assim considerados por sua escala e intensidade, diferente dos assimétricos das décadas anteriores os conflitos entre Venezuela e vizinhos e entre Rússia e Ucrânia têm graves consequências globais. O primeiro destes é o que envolve mais diretamente o Brasil conflitos e o segundo é o que possui maiores riscos e possíveis benefícios.

2.1. Panorama Geral

Sobre a questão militar, em 2003, o Brasil condena a invasão do Iraque pelos EUA na ONU, como afirma Dantas (2006, p. 266): “há a tendência de que a neutralidade desapareça em prol da solidariedade internacional”, porém as potências que protagonizam atos como esse concentram grande parte do poder econômico e militar mundial o que torna os mecanismos internacionais sem efeito.

Quanto ao quadro regional, nos anos 2000 Brasília dá passos importantes em direção a cooperação da América Latina, estabelecidos na CF/88, como a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, que dá início a integração da AmS conjugando as duas uniões aduaneiras da região, a CASA torna-se UNASUL em 2008.

Paralelamente ocorreu a formação do BRICS em 2006, assim como a Alemanha e os Estados Unidos nos séculos XIX e XX no século XXI surgiram novas potências emergentes que oferecem melhores oportunidades de negócios e cooperação, o resultado disso foi a aproximação entre Brasil, Rússia e China, rivais históricos dos Estados Unidos, que em pouco tempo passaram a Europa e América do Norte na balança comercial, além de oferecer acesso mais facilitado a diversas tecnologias.

A Crise de 2008 mostra o desgaste econômico dos EUA, compensado pelo rápido crescimento da China, com sua enorme reserva de dólar. Isso se reflete nas relações comerciais com o Brasil, nas quais a China se torna o maior parceiro e a balança com os EUA se torna deficitária, situação que se mantém até hoje, responsáveis por 21,5% e 11,6% das exportações em 2022 respectivamente.

Ainda no campo econômico, a União Europeia (UE) também segue sendo uma das maiores parceiras comerciais do Brasil, com aumento de 53,2% nas exportações em 2022, assim como EUA e China importa matérias primas e exporta bens e serviços industriais e tecnológicos, por esses motivos um grande acordo comercial para eliminação de tarifas entre a UE e o Mercosul está em negociação. (FGV, 2022)

Além disso, o Brasil também compra equipamentos desses países e emprega em seus projetos militares componentes avançados e tecnologia de ponta importados da UE. Projetos Estratégicos de Defesa (PED) como o FX-2 da força aérea, Prosub e Prosuper da marinha e o Forças Blindadas do exército resultaram em parcerias com empresas as europeias SAAB (Suécia), Naval Group (França), Thyssenkrupp (Alemanha) e Iveco (Itália) para a construção dos caças Gripen, submarinos Riachuelo, fragatas Tamandaré e blindados Guarani e Centauro II. (Souza; Oliveira, 2021)

A Rússia também se tornou uma parceira comercial importante, grande fornecedora de insumos agrícolas, principalmente fertilizantes químicos, e mais recentemente de combustível, houveram também negociações para a cooperação espacial e militar envolvendo a aquisição de defesas antiaéreas e helicópteros e a construção de uma nova família de VLS, o programa Cruzeiro do Sul, infelizmente sem muito sucesso até o momento.

O final da década de 2010, o governo Bolsonaro (2018), foi um período conturbado para o Brasil que na sua política externa se refletiu como um maior isolamento internacional e alinhamento automático a Washington, mesmo sem contrapartidas, semelhante aos governos Collor, Castelo Branco e Gaspar Dutra no passado.

Apesar de todo esse mau presságio, com a troca de governo o Brasil larga o alinhamento a Washington e retorna a neutralidade o que resulta no distensionamento de suas

relações internacionais, mesmo assim todo esse quadro foi apenas o prenúncio de um novo período de conflitos que estava por vir, trazendo a Guerra da Ucrânia e a crise na Venezuela os quais são tratados a seguir. Embora haja muitos outros conflitos e tensões ocorrendo no mesmo momento, estes foram considerados os principais por seus impactos na comunidade internacional, principalmente no Brasil ou seus aliados.

2.2. Crise na Venezuela

Os problemas começam devido a morte de Chávez em 2013, o que levou Nicolás Maduro a assumir o poder na Venezuela, fato que coincide com a queda do preço do petróleo, do qual a economia é extremamente dependente para importar itens básicos, o que causou desabastecimento, fome, violência endividamento público e inflação, num ciclo que se retroalimenta. (Mendes; Silva; Senhoras, 2022)

A desastrosa política econômica, dependente da exportação de petróleo, levou a população às ruas para protestar e foi duramente reprimida, além disso, soma-se a perseguição a opositores e censura. Os EUA aumentaram as sanções à Venezuela piorando a crise socioeconômica e fechando 3 milhões de postos de trabalho. (Mendes; Silva; Senhoras, 2022)

A crise na Venezuela levou mais de 5,4 milhões de pessoas a fugirem do país, uma das maiores crises de refugiados do mundo, essas pessoas por sua vez ficam expostas a todo tipo de males como violência, tráfico e xenofobia, além de sobrecarregarem os serviços públicos dos países vizinhos. (ACNUR, 2025)

Em 2017, foi criado o Grupo de Lima para resolver a questão, a Venezuela foi suspensa da OEA e do Mercosul no mesmo ano, devido a posturas não democráticas e violações dos direitos humanos. (MERCOSUL, 2017)

Como se não fosse o bastante, em dezembro de 2023 Maduro “incorporou” a região de Essequibo na Guiana, uma área de 160 mil quilômetros quadrados rica em fundos territoriais e habitada por 120 mil pessoas, ameaçando invadir e anexar a região e portanto tomar a força 75% do território da Guiana, EBC (2023). As ameaças foram acompanhadas de exercícios militares conjuntos entre EUA, RU e Guiana que foram respondidas com movimentações militares da Venezuela que ampliou suas bases na fronteira. (CNN, 2024)

Diferente dos conflitos passados que tinham base em rivalidades nacionais, na visão de Moraes (2005), a tensão entre este conflito tem um caráter mais territorial de disputa de fundos territoriais ricos em recursos (figura 7) que seriam vitais para a sobrevivência do

regime venezuelano duramente castigado pelas sanções internacionais que aproveitou a falta de consenso para justificar seu expansionismo.

Figura 6 e 7 - Crise dos refugiados e fundos territoriais de Essequibo.

O êxodo venezuelano

Para onde vão os milhões de cidadãos que deixam a Venezuela



O Essequibo é um território rico em ouro e hidrocarbonetos



G1 (2018)

BBC (2023)

Figura 8 - Questão de Essequibo.



Metrópoles (2023)

O Brasil apoiou o isolamento diplomático e comercial da Venezuela que foi suspensa do Mercosul e da OEA, se ofereceu para mediar o conflito com Guiana e recentemente protestou contra as ações de Maduro nas últimas eleições presidenciais que tem reprimido manifestantes da oposição e chegou a expulsar diplomatas de países que não o reconhecem, porém sem efeito e sem romper relações.

2.3. O Guerra na Ucrânia

No dia 22 de fevereiro de 2022 a Rússia lançou sua Operação Militar Especial contra a Ucrânia, com o objetivo de socorrer os rebeldes separatistas pró-russos e depor o governo de Zelensky, pró-ocidente, que pretendia aderir à União Europeia e à OTAN, o Kremlin também alegou presença neonazista e existência de armas de destruição em massa.

Embora haja questões de identidade nacional envolvidas, estas parecem não justificar o conflito principalmente no que tange o apoio do ocidente à Ucrânia, sendo assim a guerra pode ser explicada como uma disputa entre a Rússia e o ocidente pelos fundos territoriais ucranianos.

Basicamente, pela lógica de Moraes (2005), a Ucrânia detinha a posse formal desses fundos, porém sua aproximação com a União Europeia e a OTAN gerou na Rússia o temor de ser privada desses fundos o que a levou a invadir a Ucrânia, consequentemente os EUA e a Europa apoiaram a Ucrânia como forma de garantir seu acesso o que prolongou uma guerra rápida, vista a superioridade militar russa, até os dias atuais.

Logo após a invasão, a ação foi condenada pela ONU em votações que contaram com o apoio do Brasil, à luz do direito internacional, porém manteve relações diplomáticas com a Rússia e em seguida se dispôs a mediar uma saída pacífica para o conflito, iniciativa apreciada por Moscou, porém infrutífera principalmente devido ao apoio ocidental a resistência da Ucrânia que se seguiu.

Na questão econômica, os Estados Unidos, Europa e aliados retalharam o ataque russo com inúmeras sanções econômicas, que congelaram bens e investimentos russos nesses países, além de tirá-los do SWIFT e proibir a importação ou exportação de produtos da Rússia que rapidamente redirecionou sua economia para a Ásia. O ocidente enquanto isso sofreu com a inflação no setor de energia justamente por falta de outros grandes fornecedores de gás ou combustível. (BBC, 2023)

O Brasil não aderiu às sanções econômicas, pelo contrário, assim como a Ásia, viu nessa situação uma oportunidade de ampliar seus negócios com o Kremlin adquirindo grandes quantidades de combustível a preços baixos, tornando-se um dos maiores importadores de diesel russo. (CNN, 2024)

Outra parte muito importante da neutralidade se refere ao apoio militar, na qual o nota-se cobranças de ambos os lados para a venda de armas e equipamentos, no caso da Ucrânia munições para tanques alemães Leopard I enquanto no caso da Rússia helicópteros de ataque russos Mi-35.

A recusa brasileira em fornecer armamentos levou a Alemanha a sancionar uma venda de blindados Guarani para as Filipinas, por conter componentes alemães no projeto. Além desses equipamentos, o Brasil possui projetos nacionais que seriam de grande ajuda para qualquer um dos envolvidos, como os aviões A-29 Super Tucano e KC 390 Millennium, a artilharia de foguetes Astros 2020, os próprios blindados Guarani, etc.

Desde o começo do conflito os crimes de guerra são comuns, como os ataques russos aos civis ucranianos e outros alvos civis, principalmente a infraestrutura energética, deixando-os expostos ao frio extremo que predomina no inverno da região, além de realizar sequestros em massa de crianças para compensar suas perdas humanas.

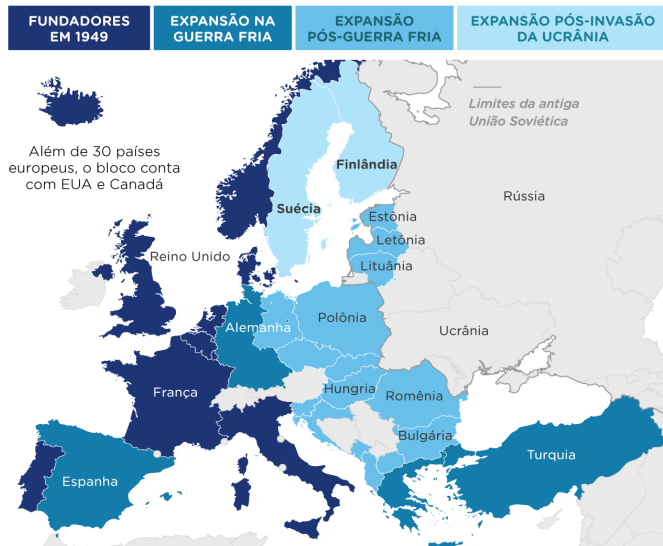
No desenrolar do conflito o próprio presidente da Rússia, Vladimir Putin, foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) devido aos crimes de guerra praticados ficando impedido de visitar os países signatários, inclusive Brasil e África do Sul, sob o risco de ser preso, algo muito controverso visto que nem a Rússia nem a Ucrânia são signatários do Estatuto de Roma que estabelece o TPI. (CNN, 2023)

Essa decisão levou a África do Sul a impedir que o presidente russo participasse da cúpula do BRICS em seu território, como noticia O Globo (2023). O Brasil, em contrapartida, procurou respaldo jurídico para contornar a decisão do TPI, sob alegação de que Putin tem imunidade diplomática por ser chefe de Estado, e receber Putin na cúpula do G20, segundo a matéria de O_Cafezinho (2024).

Figuras 9 e 10 - Avanço da OTAN e resposta da Rússia

Membros europeus da Otan

A partir de 2024

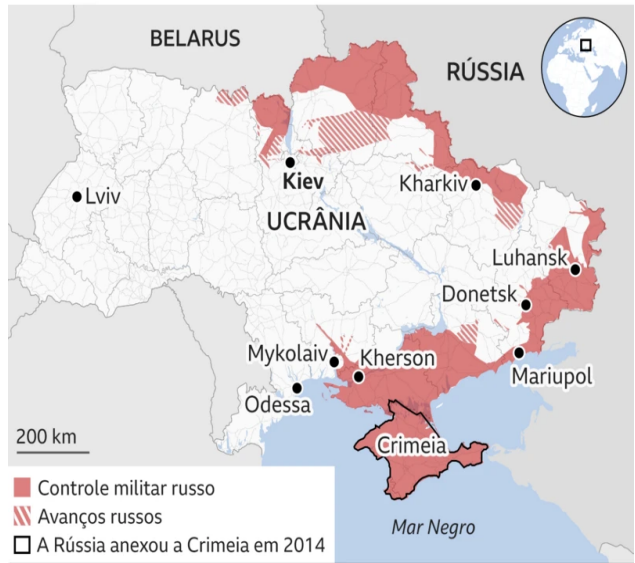


Fonte: Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

NEXO

NEXO (2024)

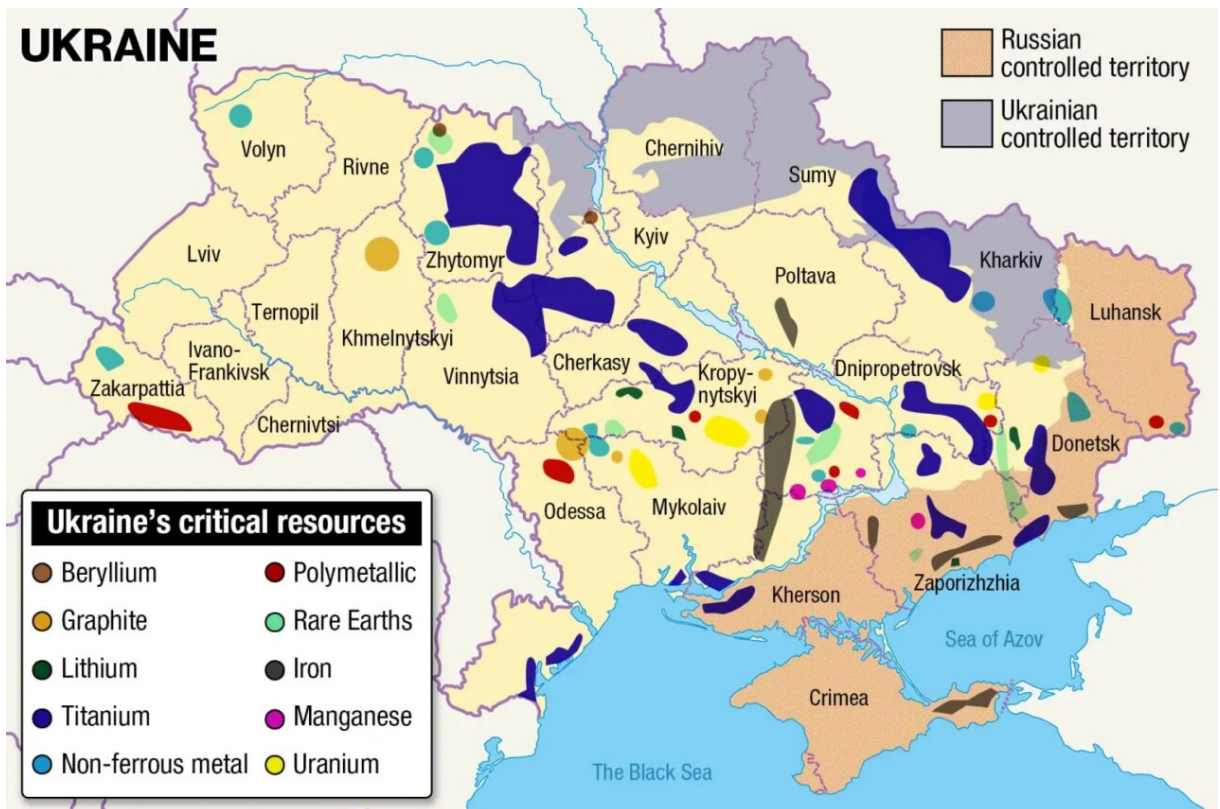
Que partes da Ucrânia são controladas pela Rússia?



Fonte: Instituto para o Estudo da Guerra (dados atualizados até 18h de 8/3) BBC

BBC (2022)

Figuras 11 - Fundos territoriais na Ucrânia.



Forças Terrestres (2025)

2.4. Diagnóstico sobre a posição do Brasil

Usando a ótica de Moraes (2005) os três conflitos anteriores, I, II Guerras Mundiais e Guerra Fria, giravam em torno do controle de fundos territoriais em colônias e Estados periféricos. Da mesma forma, os três conflitos contemporâneos citados neste capítulo tem por motivo principal o controle de fundos territoriais, Gaza, Essequibo e Ucrânia são territórios ricos em reservas de recursos que ainda não foram completamente apropriados pelos Estados que detêm seu controle formal, combinado com a falta de meios para evitar a ocupação, ou seja, para reafirmação militar de suas fronteiras.

Observa-se também, pela teoria do desafio e resposta de Toynbee, Bonfim (2005), que nos conflitos anteriores o Brasil alcançou grandes benefícios estratégicos ao enfrentar os conflitos e escolher um lado, ganhando aos poucos mais relevância internacional, uma economia mais robusta e avanços em ciência e tecnologia, nos setores estratégicos dessas épocas, como siderúrgica, espacial e nuclear.

Embora a posição neutra permita ao Brasil o papel de mediador, o Brasil não é capaz de apaziguar conflitos de grande envergadura, como o da Ucrânia, e muitas vezes a mediação não resolve os problemas de maneira satisfatória, como o Protocolo do Rio (1942) que estabeleceu as fronteiras do Equador e evitou guerras, mas ocasionou um grande prejuízo territorial a esse país e sua insatisfação reaparece de tempos em tempos.

O Brasil tanto nos conflitos anteriores quanto nos atuais se encontra em uma posição de vulnerabilidade semelhante, pois está encarregado da gestão de vastos fundos territoriais e com meios econômicos e militares insuficientes para reafirmar seu território frente aos países centrais.

Do ponto de vista das relações internacionais, a falta de retaliação contra o embargo da Alemanha, a resposta fraca para Israel, a convivência pacífica com a Venezuela, a falta de ação em incidentes dentro do seu entorno estratégico como a tentativa de golpe na Bolívia e o conflito civil no Equador e a coexistência com presença predatória e militar estrangeira cada vez maior na região atestam a fraqueza da atual política externa brasileira.

Quando um posicionamento brasileiro causa descontentamento os outros países usam de pressões diplomáticas e comerciais, porém o Brasil diante dessas agressões geralmente procura distensionar suas relações de forma unilateral.

Enquanto isso, a pequena Coreia do Norte estreita suas relações com a Rússia em troca do seu apoio no conflito da Ucrânia, os acordos envolvem exportações de munições e soldados e importação de tecnologias estratégicas especialmente nucleares.

O próprio Ministério da Defesa (MD) coloca entre as principais ameaças ao Brasil na atualidade: a militarização do Atlântico Sul (aumento da presença estrangeira), instabilidades políticas e sociais na América do Sul (Venezuela, Bolívia e Equador), hostilidades contra cidadãos brasileiros no exterior (Israel), dependência tecnológica (Alemanha) e a escassez de recursos naturais (narrativas sobre a Amazônia). (MD, 2017)

Porém, além dessas existem outras como o caso dos EUA e sua forte presença militar na América do Sul por meio da reativação da 4ª Frota, a instalação de bases militares na região amazônica e a espionagem de membros do governo brasileiro.

A França pretende fazer parte da OTCA e promove distorções comerciais, sanções econômicas por motivos ambientais, movimentos alinhados à internacionalização da Amazônia. Além disso, destaca a possível competição espacial entre os países acompanhada de perto por espiões franceses.

O Reino Unido considera o Brasil uma ameaça militar, pelo apoio à Argentina na causa das Malvinas e por sua aproximação com o BRICS, além de sua reivindicação na Antártida que pode levar a novos conflitos com a Argentina.

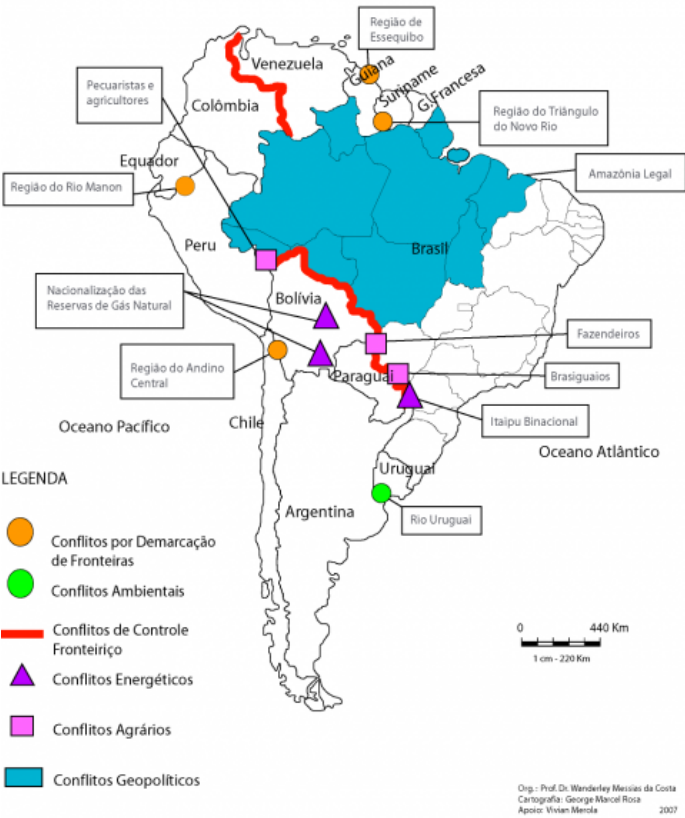
China e Rússia, por outro lado, têm se feito presentes por meio da presença marítima com navios pesqueiros chineses e o navio russo Yantar, conhecidos por atividades ilegais e predatórias, encontrados dentro da Zona Económica Exclusiva (ZEE) de países da região, além de exercícios militares na Venezuela.

Vale ressaltar que em muitos casos os EUA, China, Rússia e UE podem se aproveitar de brechas criadas por conflitos e tensões regionais para se aproximar de governos politicamente alinhados na América do Sul, como mostra Costa (2009) nas figuras 12, 13 e 14.

Casos como o das FARC e demais grupos guerrilheiros na Colômbia, país que acusa a Venezuela de apoiá-los, Costa (2009). Conflito no qual o Brasil poderia ter uma atuação mais incisiva por estar dentro do seu ambiente regional e entorno estratégico, porém que abriu brecha para o Plano Colômbia, a perigosa presença dos EUA na Amazônia e finalmente o Acordo de Paz em 2016.

O MD sugeriu algumas medidas para controlá-las, as quais foram colocadas na agenda do governo. Porém as medidas do MD perseveraram no modelo tradicional, portanto tomou-se a liberdade de sugerir medidas diferentes e outras alterações na política externa e interna, como será tratado no tópico a seguir.

Figura 12, 13 e 14 - Conflitos na América do Sul e Bases militares na América do Sul.



PAISES ENVOLVIDOS	TIPO DE CONFLITO	OBSERVAÇÕES
Amazônia Legal (Estados: AM, RR, AP, PA, MA, TO, MT, AC, RO)	Geopolítico	
Argentina e Uruguai	Ambiental	Implantação de fábricas de celulose e papel no Rio Uruguai.
Brasil e Bolívia	Fronteiriço Migrações, Energético e Agrário	Nacionalização das Reservas de Gás Natural, Problemas fronteiriços ao Sul pela presença de fazendeiros e ao Norte pela expansão de agricultores e pecuaristas brasileiros na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Perú.
Brasil e Paraguai	Fronteiriço, Agrário e Energético	Os “brasiguaios” e a questão da Itaipu Binacional.
Guiana e Suriname	Demarcação de fronteiras	Região do Triângulo do Novo Rio
Perú e Equador	Demarcação de fronteiras	Região do Rio Manon
Bolívia e Chile	Saída para o mar	
Venezuela e Colômbia	Demarcação e controle fronteiriço	Em toda a fronteira
Venezuela e Guiana	Demarcação de fronteiras	Região do Essequibo

Costa (2009)

3. A FUTURA POSIÇÃO DO BRASIL

Diante das condições já apresentadas, é nítido que o modelo brasileiro de neutralidade é uma faca de dois gumes que ao mesmo tempo abre portas e enfraquece o país no cenário mundial, porém algumas medidas podem ser tomadas para contornar essa situação, garantir a segurança de seus fundos territoriais e reafirmar seu território passando da posse formal para uma posse real, as quais serão tratadas a seguir.

3.1. Possíveis avanços políticos e diplomáticos

Primeiramente, seria necessário que o Brasil modificasse sua constituição, incluindo no artigo 4º o “princípio da reciprocidade”, que daria ao país a possibilidade de responder na mesma moeda cortando relações diplomáticas e comerciais em resposta a posturas agressivas e desrespeitosas de outros países.

Seria necessário alterar os princípios IV a VII do artigo 4º, reconhecendo a nova realidade do século XXI onde existe a necessidade de intervenções, a desigualdade entre Estados (fortes e fracos) e a impossibilidade de resolver pacificamente alguns conflitos.

Essas alterações precisam ser seguidas de mecanismos para algum nível de projeção de poder que atualmente são muito limitados, conforme Lucas (2020), ou seja, sanções diplomáticas, sanções econômicas, movimentos militares com o cuidado de especificar as situações nas quais o Brasil poderia intervir, de forma a impedir intervenções indiscriminadas e imperialistas como ocorreu no século XIX.

3.2. Possíveis avanços econômicos

No setor econômico, é necessária uma política de reindustrialização e mais investimentos em ciência e tecnologia. Essas iniciativas podem ser beneficiadas pela atual guerra comercial mundial em um processo de substituição de importações semelhante ao que havia no começo do século passado, nos anos 30 e 40 do século XX.

Outra prioridade seria a conclusão dos corredores bioceânicos, corredores de exportação, permitindo ao Brasil o tão sonhado acesso ao Pacífico, que está se tornando uma necessidade devido a integração econômica cada vez com a Ásia e as pressões econômicas e militares dos EUA sobre o Canal do Panamá.

Com as atuais volatilidades do comércio internacional também se torna importante consolidar um bloco sul-americano, que poderia compensar sanções, tarifas e até reagir

conjuntamente. Iniciativas como uma moeda comum também seriam de grande utilidade. A expansão do Mercosul provavelmente seria a melhor alternativa nesse sentido.

3.3. Possíveis avanços militares

Outra questão importante é o investimento nas forças armadas, como alerta Lucas (2020), que não está seguindo a tendência mundial em direção ao rearmamento, assim como em diversas áreas o Brasil negligencia a prevenção, porém trazendo as palavras do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira: “Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte. É muito bom discutir acordos tendo por trás de si uma esquadra com credibilidade” (MD, 2017, p. 7).

De acordo com dados do SIPRI (2024), o orçamento da defesa no Brasil em 2020 foi de 23,6 bilhões, valor inferior ao do Canadá (26,2 bilhões) e três vezes menor que o da Rússia (77,5 bilhões), ambos países que têm economia menor que a brasileira.

Embora autores como Lucas (2020) considerem 2% um investimento adequado para a defesa, parece um cenário mais interessante o Brasil aumentar seu orçamento militar para 3% nas próximas décadas, próximo da Rússia e da Índia, embora pareça um cenário muito distante, com uma política cambial adequada, bastaria dobrar o orçamento do MD e das Forças Armadas, dos atuais 1,4% para 3%, diluído este esforço nos próximos 20 ou 30 anos o objetivo seria plenamente alcançável.

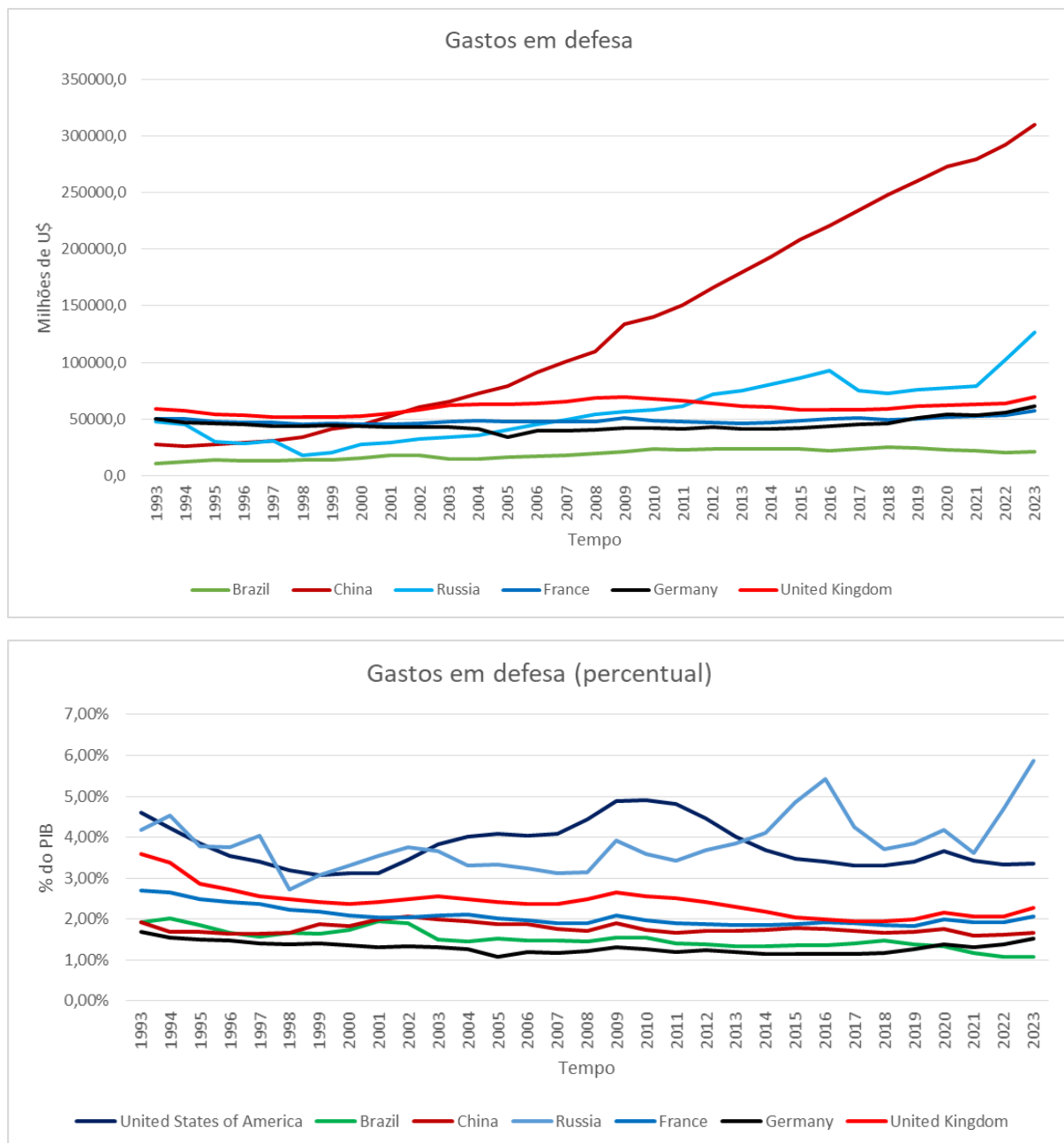
Mais um ponto importante é o aproveitamento dos recursos, a independência tecnológica, pois como visto muitos projetos estratégicos priorizaram empresas estrangeiras em detrimento das nacionais, o que tem levado muitas a falência. Empresas como a Embraer, Engesa, Bernardini, Moto Peças e Mekanika tinham projetos modernos nos anos 80, respectivamente o avião MFT-LF, o caça-tanque Sucuri, o tanque Tamoyo, o blindado Charrua e várias armas da Mekanika.

Todos projetos que não foram adotados pelo Brasil. Isso não é um problema em si, mas o problema reside em comprar produtos similares de empresas ou governos estrangeiros, muitas vezes usados. Das empresas citadas Engesa e Bernardini faliram nos anos 90, assim como hoje a Avibras corre o mesmo risco, e as demais abandonaram seus projetos.

Ironicamente em seguida, nos anos 2000 o governo foi forçado a criar programas para cobrir essas lacunas, os já citados FX-2 e Forças Blindadas que adotaram o Gripen da SAAB sueca e os blindados da Iveco italiana Centauro II e Guarani para a mesma função que o MFT-LT da Embraer, o Sucuri da Engesa e o Charrua poderiam desempenhar.

Sobre a essa questão, o governo poderia criar programas no âmbito do Mercosul ou da UNASUL para garantir um ambiente favorável à cooperação em projetos conjuntos de defesa, Lucas (2020), que integrem os países vizinhos, dividindo as responsabilidades e se necessário aplicar medidas “protecionistas” regionais para garantir mercado a esses projetos, a semelhança do recente programa Rarm Europe (2025) da UE.

Figuras 15 e 16 - Gastos em defesa (1993 - 2023).

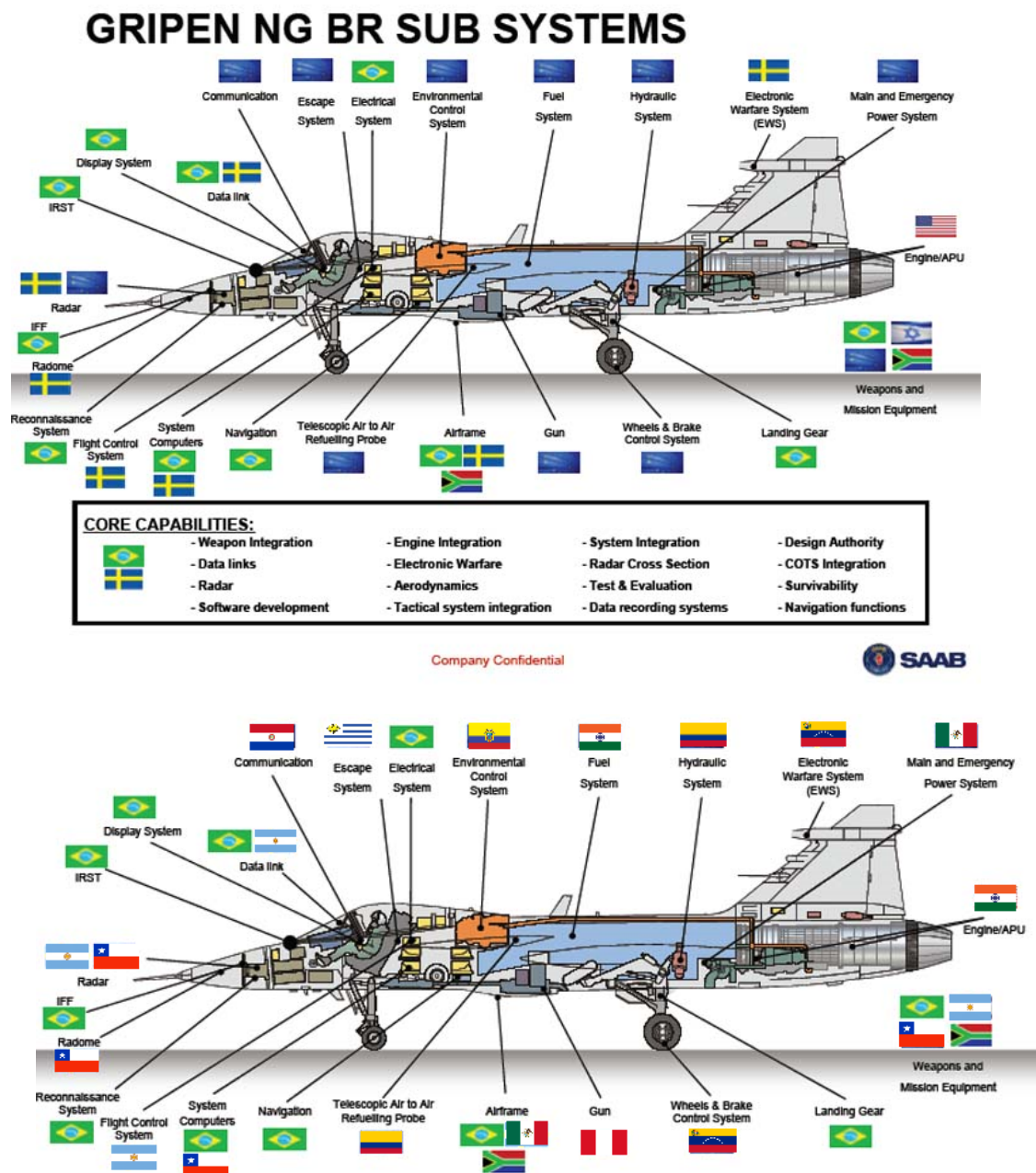


Autor, SIPRI (2024)

A figura 17 ilustra a parceria entre Brasil e Suécia com divisão de tarefas para a construção de um caça envolvendo a transferência de tecnologia, um exemplo de como isso poderia ser feito com países sul-americanos.

Por meio da transferência de tecnologia, o Brasil pode participar do projeto, ganhando autonomia de produção e experiência para projetos próprios no futuro, além da geração de empregos, renda e possíveis exportações, fixando mão de obra qualificada no território e ainda contribui para a defesa do país. Se somado a isto forem incluídos os países vizinhos e as nações amigas, o resultado seria o barateamento dos projetos e o desenvolvimento tecnológico em rede (figura 18).

Figura 17 e 18 - Origem das peças dos Gripen do Brasil



Autor, [Poder Aéreo](#) (2009)

De forma complementar, Brasília poderia trabalhar para criar missões ou forças de manutenção da paz, do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) da UNASUL ou do Mercosul, de modo que países com instabilidades políticas e sociais, como Colômbia, Equador e Bolívia, que tem graves problemas com tráfico, guerrilhas e crime organizado, poderiam solicitar essas missões e contar com apoio militar dos países vizinhos ao invés de procurar essa ajuda em militares estrangeiros.

Essas missões ou forças de paz também seriam uma mão na roda para países ameaçados por outras potências, como a Guiana, que poderia solicitar essas forças como forma de compensar sua fraqueza militar e falta de meios o que ajudaria a dissuadir ataques, além de mostrar apoio ao país diante uma agressão externa. Portanto, forças de paz sul-americanas eliminariam a necessidade de militarização da América do Sul tanto por iniciativa das potências locais quanto por influência estrangeira.

Outra questão muito importante é a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que deveria ser ampliada para além da inclusão de novas cadeiras permanentes, a nova proposta deveria preocupar-se mais com o travamento desse órgão devido ao poder de veto que os membros permanentes possuem, o qual os torna intangíveis, como se observa nas invasões da Ucrânia e de Gaza, que embora condenadas pela comunidade internacional não foram barradas no CSNU devido aos vetos da própria Rússia e dos EUA, aliado de Israel.

Vale ressaltar que originalmente Winston Churchill, como escreveu em suas memórias, e Stalin eram favoráveis a criação de três conselhos de segurança regionais, para América, Europa e Extremo Oriente (Ásia), provavelmente influenciados pela teoria das Pan-regiões (1930) de Haushofer que previa a divisão do mundo em esferas de influência das 4 principais potências da época, Bonfim (2005). Hoje a inclusão de conselhos regionais, não apenas os três propostos, numa possível reforma também tornaria as decisões mais ágeis e democráticas.

CONCLUSÃO

O atual modelo de relações internacionais do Brasil, baseado na neutralidade, não intervenção e solução pacífica de conflitos, desenvolveu-se historicamente em resposta a momentos muito traumáticos para a nação, como uma tentativa de evitar envolver-se em mais desastres. Com isso, o Brasil aproveitou-se da sua posição estratégica de neutralidade e mediação, além de seu vasto território para alcançar favores dos EUA referentes ao suporte do crescimento do Brasil para tornar-se uma potência.

Apesar dos resultados alcançados por essa estratégia, ela logo atingiu o seu limite com desinteresse cada vez maior dos EUA e sucessivos rompimentos nos conflitos do século XX. Como resultado, a partir dos anos 2000 tem-se o afastamento dos EUA e a consequente aproximação da estratégia do BRICS, sempre mantendo uma postura neutra e equilibrada.

Porém o outro lado da moeda é que enquanto o Brasil se mantém neutro vários problemas e ameaças se acumulam e proliferam, tais como a presença cada vez maior de potências estrangeiras na América do Sul, principalmente na Amazônia, e instabilidades em países vizinhos, como a Venezuela. Portanto, pode-se dizer que a neutralidade brasileira é, na verdade, uma política de apaziguamento de longo prazo que, inevitavelmente, irá causar seu próprio fim.

Muitas vezes os conflitos também trazem oportunidades que poderiam ser melhor aproveitadas, como muitas aconteceu tantas vezes no passado. A obtenção de tecnologias estratégicas, no cenário atual se destaca a tecnologia espacial, e a venda de equipamentos ou matérias primas são exemplos dessas oportunidades.

A falsa sensação de paz mantém o Brasil e seus vizinhos enfraquecidos. Ela se torna um terreno perfeito para diversos problemas, tanto internos como o crime organizado e o tráfico, quanto externos como algum país mais poderoso plantar golpes e ditaduras, exploração de recursos e mão de obra ou até mesmo intervenções diretas como já aconteceu tantas vezes no passado.

Logo, a melhor forma de lidar com o cenário internacional que se desenrola seria adotar uma postura mais ativa e contundente em algumas questões, principalmente as relacionadas à segurança nacional e ao entorno estratégico, não apenas na esfera diplomática, mas comercial e militar buscando sempre que possível a cooperação dos vizinhos e o aval das instituições multilaterais.

REFERÊNCIAS

BBC. **Guerra na Ucrânia: qual o impacto das sanções contra Rússia após um ano da invasão?** 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c7218013v4mo>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BBC. **Os mapas que mostram avanço da Rússia no território da Ucrânia.** 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60611824>. Acesso em: 01 maio 2024.

BBC. **Por que o Brasil mudou para sempre após participação simbólica na 1ª Guerra Mundial.** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48658087>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BBC. **Venezuela: as riquezas da região da Guiana que Maduro quer anexar.** 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k29pdkypxo>. Acesso em: 01 maio 2024.

BONFIM, Uraci Castro. **Curso de política, estratégia e alta administração do exército.** Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005. 101 p. Disponível em: https://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Imperio do Brazil.** Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

CNN. **Tribunal Penal Internacional emite mandado de prisão para Putin.** 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/tribunal-penal-internacional-emite-mandado-de-prisao-para-putin/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CNN. **Turquia e Brasil se tornam maiores importadores de produtos petrolíferos da Rússia em 2023.** 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/turquia-e-brasil-se-tornam-maiores-importadores-de-produtos-petroliferos-da-russia-em-2023/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CNN. **Venezuela expande presença militar na fronteira com Guiana, alerta relatório.** 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/venezuela-expande-presenca-militar-na-fronteira-com-guiana-alerta-relatorio/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração.** Confins, n. 7, p. 23, 2009. Tradução . . Disponível em: <http://confins.revues.org/6107#entries>. Acesso em: 10 abr 2024.

DANTAS, Leila. A neutralidade no direito de guerra. **Revista da Esmese**, [s. l], n. 9, p. 259-267, 18 jul. 2006. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/22304/neutralidade_direito_guerra.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

FGV (Brasil). **Atlas Histórico do Brasil.** 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

FGV. **Volume de exportações para a China cai, mas cresce em outros mercados.** 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/volume-de-exportacoes-para-china-cai-mas-cresce-em-outros-mercados>. Acesso em: 26 ago. 2023.

FORÇAS TERRESTRES. **Trump propõe acordo envolvendo recursos naturais da Ucrânia em troca de ajuda militar.** 2025. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2025/02/08/trump-propoe-acordo-envolvendo-recursos-naturais-da-ucrania-em-troca-de-ajuda-militar/>. Acesso em: 07 abr. 2025.

G1. **Como os países vizinhos têm reagido à chegada de milhares de imigrantes da Venezuela.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/20/como-os-paises-vizinhos-tem-reagido-a-chegada-de-milhares-de-imigrantes-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 01 maio 2024.

GEOBAU. **Origens das fronteiras do Brasil (Terras e Tratados – 1532/1909).** 2011. Disponível em: <https://marcosbau.com.br/geobrasil-2/1763-2/comment-page-2/>. Acesso em: 01 maio 2024.

HENRIQUE, Heitor. As relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. **Revista Eletrônica Discente História.Com**, Cachoeira, v. 5, n. 10, p. 3-23, 07 jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/historiacom/article/view/941>. Acesso em: 17 abr. 2024.

IBGE. **Estatísticas do Século XX.** 2025. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/setor-externo/tabelas.html>. Acesso em: 05 maio 2024.

LEITE, Fernando. A Política Externa Independente em revista: de como ocorre a impressão definitiva da dimensão africana na política externa brasileira. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 255-269, 16 maio de 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5683>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LUCAS, Rômulo Coutinho. **O Brasil e o exercício da dissuasão no contexto sul-americano: possibilidades e limitações**. 2020. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7857/1/MO%200958%20-%20LUCAS.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MD. **Curso Defesa, Segurança e Política Externa**. Brasília, 2017. 19 slides, color. Disponível em: <https://funag.gov.br/images/Apresentacao-/2017.01.25-Aula-Magna-do-MD-IRBr.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MENDES, F. L.; SILVA, C. A. B. da; SENHORAS, E. M. História recente da Venezuela: crise e diáspora. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 29, p. 118–137, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6534040. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/633>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL**. 2017. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

METRÓPOLES. **O Essequibo (por José Sarney)**. 2023. Disponível em: https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/artigos/o-essequibo-por-jose-sarney#google_vignette. Acesso em: 01 maio 2024

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Territorio E Historia No Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Territorio_E_Historia_No_Brasil.html?hl=pt-BR&id=eq-APH1FETAC&redir_esc=y. Acesso em: 24 jan. 2025.

NEXO. **Suécia entra na Otan. Veja o tamanho do bloco na Europa**. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/02/26/otan-paises-membros-suecia>. Acesso em: 01 maio 2024.

O CAFEZINHO. **Brasil prepara base jurídica para garantir presença de Putin no encontro do G20**. 2024. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2024/04/01/brasil-prepara-base-juridica-para-garantir-presenca-d-e-putin-no-encontro-do-g20/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

O GLOBO. **Putin desiste de comparecer à cúpula dos Brics na África do Sul**. 2023. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/19/putin-nao-comparecera-a-cupula-dos-brics-na-africa-do-sul-afirma-governo-sul-africano.ghml>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PODER AÉREO. **Sistemas do Gripen e do Gripen NG BR**. 2009. Disponível em: <https://www.aereo.jor.br/2009/09/26/sistemas-do-gripen-e-do-gripen-ng-br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

POLITIZE. **Como começou a crise na Venezuela?**. 2019. Disponível em: https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=EA1aIQobChMI1paWsMjeiAMV1V1HAR3MfAgTEAAYASAAEgIcCvD_BwE. Acesso em: 12 jul. 2024.

RICUPERO, Rubens. O Brasil: da neutralidade à guerra. In: Seminário “O Brasil e a Grande Guerra”, 1., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Funag Faap, 2018. p. 1-10. Disponível em: http://www.funag.gov.br/images/2018/Novembro/05.11_GrandeGuerra/Ricupero_OBrasileaGrandeGuerra.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

SIPRI (Suíça). **SIPRI Military Expenditure Database**. 2023. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SOUZA, Deywisson; OLIVEIRA, Marcos. Modernização Militar Brasileira em Perspectiva Político-histórica: Condicionantes e Desenvolvimento Tecnológico. **Política Hoje**, [s. l], v. 29, n. 2, p. 236-259, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/248526>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SOUSA, Elizeu. **Agência, Estrutura, Cognição: O Pensamento Internacional de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima**. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Puc Rio, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21922/21922_4.PDF. Acesso em: 17 abr. 2024.

SPUTNIK. **Caça a espões? Embarcação russa na costa do Rio põe Marinha do Brasil em alerta**. 2020. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20200221/caca-a-espies-embarcacao-russa-na-costa-do-rio-poe-marinha-do-brasil-em-alerta-15242879.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SWIECH, Gregório Furtado. **Barão do Rio Branco: entre o direito internacional e a política**. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17751#preview-link0>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VIZENTINI, Paulo. Política externa e desenvolvimento (1951-1964): nacionalismo e política externa independente. In: XIV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Unirio, 2010. p. 99-111. Disponível em: https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/download/1245510969_ARQUIVO_paulofagundes.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.